

XXXVI Encontro Anual da Anpocs

GT 19: Memória Social, museus e patrimônios: novas construções de sentidos e experiências de transdisciplinaridade

Título do trabalho: Perspectivas e Estratégias dos Movimentos Sociais a partir das configurações produzidas pelas Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (NTICs)

Autora: Joana D`Arc Fernandes Ferraz

Co-autoras: Maria Cristina Leal Viegas e Elaine de Almeida Bortone

Introdução

O filme Matrix (1999), dirigido pelos irmãos Wachowski, serve como ilustração inicial ao texto que se segue por apresentar toda a raça humana controlada, aprisionada e fornecedora de energia para o sistema Matrix. A raça humana – através de sua inteligência, capacidade e poder de criação – transferiu, gradativamente, a execução das suas atividades para suas criaturas, as máquinas.

Inicialmente, funções simples, repetitivas, rotineiras, foram passadas para máquinas. A complexidade das tarefas e das funções foi aumentada, afinal as criaturas eram capazes de executá-las. O homem abriu mão de sua capacidade evolutiva para conceder à sua criação a capacidade de aprender e evoluir por ele. No filme, Morpheu responde a Neo: “Matrix é controle, é um mundo de sonhos, gerado por computador, feito para nos controlar e aprisionar.” (The Matrix, EUA, 1999).

É preciso analisar a sociedade que está no fundo do desenvolvimento tecnológico e compreender esse *homo ciberneticus* que quer o tempo todo inovar e que se utiliza de ferramentas cada vez mais sofisticadas para se superar todos os dias. A tecnologia por si só não produz mudanças efetivas. “É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica (...) de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo.” (CASTELLS, 2000, p. 25). A tecnologia não é fruto de si mesma ou apenas de um ‘trem da história’ deixado ao acaso, mas o homem ‘iluminado’ e responsável pela revolução dos paradigmas que passaram a dominar o mundo capitalista é sim, ele mesmo, o fio condutor que se tornou invisível diante do calibre que a tecnologia adquiriu na sociedade pós-moderna.

A partir do conceito de configuração, proposto por Norbert Elias, pretende-se analisar neste artigo os diversos dispositivos de interação utilizados pelos movimentos sociais, produzidos pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NITCs). Suas funções são várias e podem ser geradoras de formas diversificadas de organização e de espaços de negociações, de críticas e de opiniões divergentes dentro dos movimentos sociais, bem como debates com os opositores, favorecendo uma nova forma de organização social e de ação política. Produzindo configurações e reconfigurações não

previsíveis dentro dos movimentos sociais, que influenciam em suas bandeiras, identidades e até mesmo as suas memórias construídas. Ou seja, pretende-se analisar como estas ferramentas são utilizadas e os seus limites para o encaminhamento de suas reivindicações.

A primeira parte deste artigo será dedicada à análise do contexto de criação da Internet, a ampliação do seu alcance e de seu poder em nível mundial, e as mudanças produzidas nos indivíduos, nas sociedades e no Estado com o advento deste novo modo de produção. Na segunda parte, será avaliada a relação entre Estado e Tecnologia; as disputas decorrentes desta relação e as políticas públicas na área tecnológica, incluindo a Lei de Acesso à informação. Finalmente, iremos considerar como estas ferramentas podem contribuir para a instrumentalização política dos movimentos sociais. Como elas podem colaborar para estratégias de mobilização, de suas interlocuções e interações com outros movimentos sociais, propiciando novas demandas de identidades, de memórias e de ações patrimoniais, a partir das experiências produzidas nos últimos cinco anos, nos sites do Grupo Tortura Nunca Mais e da Rede de Movimentos Contra a Violência.

I – O Poder e o Alcance da Internet

1. 1 – O surgimento da internet e o contexto de sua criação

A internet caracteriza-se por ser uma rede aberta, descentralizada, que possui uma imensa capacidade de compartilhamento de informações por diversos tipos de computadores e de servidores, constituindo um universo gigantesco, poderoso e largamente utilizado em diferentes ambientes. Resumidamente, é uma rede de redes entrelaçadas, que atende a vários setores. No ambiente dos negócios, os empresários divulgam e vendem seus produtos; profissionais disponibilizam seus currículos em sites de emprego. Na área dos entretenimentos, os internautas podem comprar ingressos e se informarem sobre os eventos. Na educação, a internet permite que universidades criem programas de ensino à distância, como também permite a divulgação de pesquisas que facilitam a interação entre aluno e professor e auxilia na aprendizagem. Um pesquisador pode buscar documentos digitalizados e informações sobre os acervos em arquivos e bibliotecas, agilizando o andamento de uma pesquisa. As redes sociais, por sua vez, estimulam a

sociabilidade e tem o poder de mobilizar rapidamente as pessoas para eventos, tais como mobilizações em torno de causas sociais, festas, comícios, atos públicos, entre outros.

O marco histórico do aparecimento da internet foi a Guerra Fria, entre o fim da década de 50 e início da de 60 do século XX, quando se buscavam inovações que pudessem contribuir na disputa do poder mundial entre União Soviética e Estados Unidos. As origens da internet podem ser encontradas na ARPANET, uma rede de computadores montada pela *Advanced Research Agency* (ARPA), em 1969. A ARPA foi criada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em 1958, com a missão de movimentar recursos de pesquisa, principalmente nas universidades, com objetivo de alcançar superioridade tecnológica e militar em relação à União Soviética, após o país lançar o Sputnik, em 1957.

A ARPA montou uma rede interativa de computadores (IPTO) que fazia transmissão de telecomunicações – a comutação por pacote – que consistia na troca e compartilhamento de informações, uma descentralização capaz de sobreviver caso o Pentágono fosse atingido.

Com as pesquisas o sistema se aprimorou e a ARPANET fez conexão com outras redes de computadores, criando uma rede de redes. Em 1990, com a ARPANET já obsoleta, o governo norte-americano liberou a internet de seu ambiente militar e confiou sua administração à *National Science Foundation*, que logo a encaminhou para a privatização. Ainda nessa década, foi criada a difusão da interconexão de rede. A partir daí, a Internet cresceu rapidamente como uma rede global de redes de computadores (CASTELLS, 2003).

O seu poder de comunicação também tem sido largamente utilizado em guerras e confrontos. O Comandante Marcos, membro do Exército Mexicano Zapatista de Libertação Nacional é um caso exemplar, dispensando explicações. Os ditadores da Líbia, Muammar Khaddafi, em 2011, e da Síria, Bashar-Al-Assad, em 2012, por exemplo, mandaram cortar a comunicação das linhas telefônicas (internet) para impedir a transmissão dos horrores da guerra civil que aconteciam em seus países como uma estratégia de guerra para não mobilizar a opinião pública internacional contra seus

governos. Tal medida foi em vão, jornalistas e guerrilheiros contrários aos governos fotografaram e disponibilizaram para o mundo, nas redes sociais, o que estava acontecendo, como forma de chamar atenção de órgãos internacionais.

Outro evento que mostrou o poder da internet aconteceu em novembro de 2010, quando a polícia militar do Rio de Janeiro invadiu o morro do Alemão para “pacificá-la” com a UPP. Com a invasão, a população ficou exilada no alto do morro, não havia condições de ninguém subir ou descer. O estudante Renê Silva, na época com 16 anos, criou um *blog* no qual mantinha a imprensa, familiares e amigos informados de como estava a situação no morro. Mesmo que não se possa atestar a veracidade das informações, o *blog* foi o principal canal de atualização de informação sobre o que estava acontecendo no morro em tempo real.

A despeito do seu gigantesco alcance e da descentralização que a constitui, não se pode negligenciar o fato de que há um controle sobre os internautas, em especial quando estes se cadastram em redes sociais e disponibilizam seu perfil na rede. Muitas empresas ou grupos têm acesso a estas informações que serão utilizadas posteriormente. Como afirma Deleuze (1992, p. 216), “estamos entrando nas sociedades de controle que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”.

A cada tipo de sociedade, evidentemente, pode-se fazer corresponder um tipo de máquina: as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle. Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte. Face às formas próximas de um controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente. (...) (Deleuze, 1992, p. 216-218).

1.2 – A sociedade em rede: a ampliação do seu alcance para países e continentes e o seu poderio econômico

A conexão entre os homens se dá através das “interdependências com outros”, que são “relativamente – e não absolutamente – independentes, formando uns com outras figurações mutáveis” (ELIAS, 1989, p. 35). Nem o indivíduo é algo que se situa “fora” da sociedade, nem a sociedade é algo “que existe fora e para além dos indivíduos” (Ibid., p. 36). As motivações que levam ao desenvolvimento das redes estão relacionadas aos

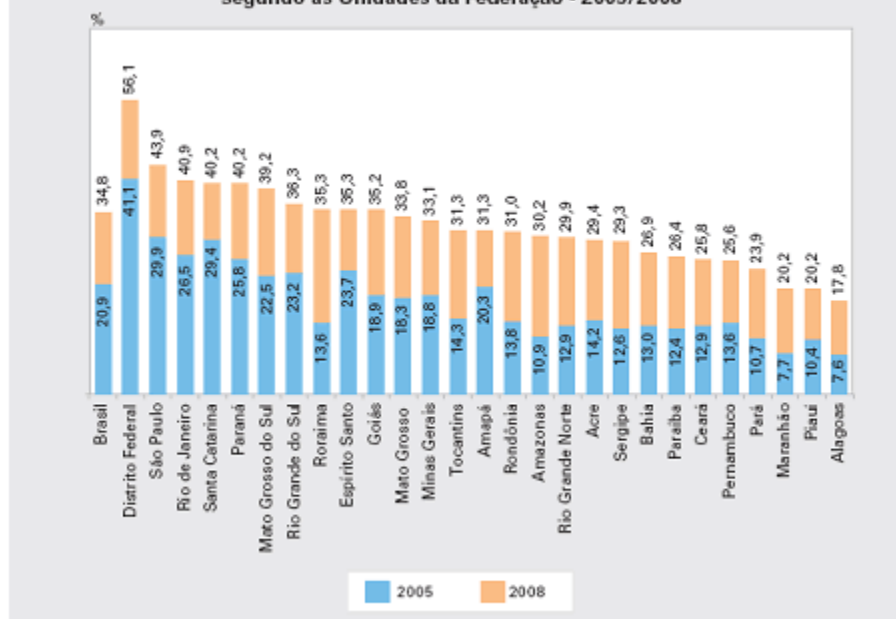
“níveis de organização social-global nacional, regional, estadual, local, comunitário” (MARTELETO, 2001, p. 73).

No mundo, segundo a *International Telecommunication Union* (ITU), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) o número de usuários, em 2011, ultrapassou a marca de 2 bilhões. No Brasil, o acesso à internet cresce a cada dia. O total de brasileiros com acesso em qualquer ambiente, considerando trabalho, residências, escolas, *lan houses* e outros pontos públicos, chegou a 79,9 milhões no quarto trimestre de 2011, segundo o IBOPE Nielsen Online. Esse número representou um crescimento de 8% sobre o mesmo período de 2010 e de 19% em relação a 2009.

Segundo pesquisa do IBGE, de 2005 para 2008, o acesso à internet cresceu 75,3%. Em 2008, 56 milhões de pessoas de 10 anos ou de mais idade acessaram a Internet pelo menos uma vez, contingente que representava 34,8% dessa população e mostrou um aumento expressivo nos últimos três anos - em 2005, o percentual era de 20,9%.

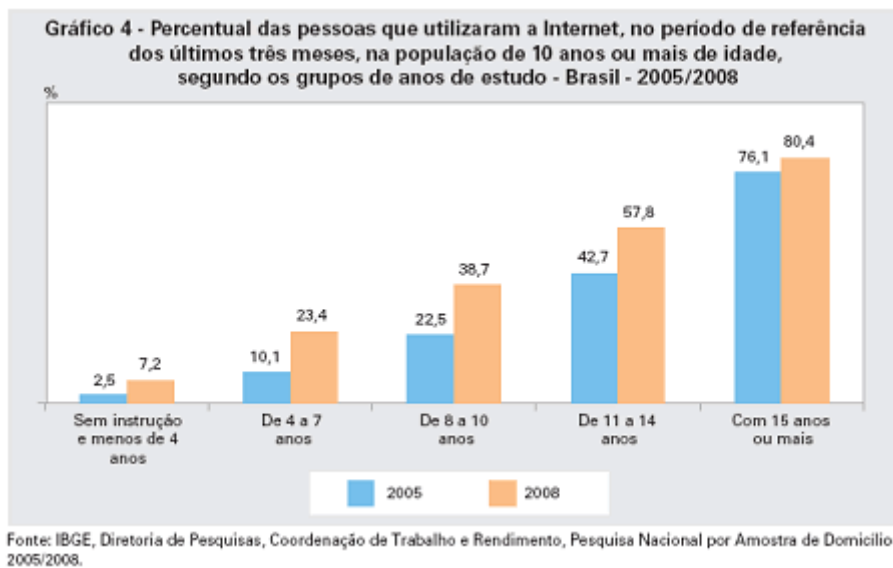
As regiões Sudeste (40,3%), Centro-Oeste (39,4%) e Sul (38,7%) registravam os maiores percentuais de usuários, e as regiões Norte (27,5%) e Nordeste (25,1%), os menores. Entre as unidades da federação, Distrito Federal (56,1%), São Paulo (43,9%) e Rio de Janeiro (40,9%) tinham os maiores percentuais de pessoas que acessaram a Internet, enquanto os Estados de Alagoas (17,8%), Piauí (20,2%) e Maranhão (20,2%) apresentaram os menores percentuais.

Gráfico 1 - Percentual das pessoas que utilizaram a Internet na população de 10 anos ou mais de idade, no período de referência dos últimos três meses, segundo as Unidades da Federação - 2005/2008

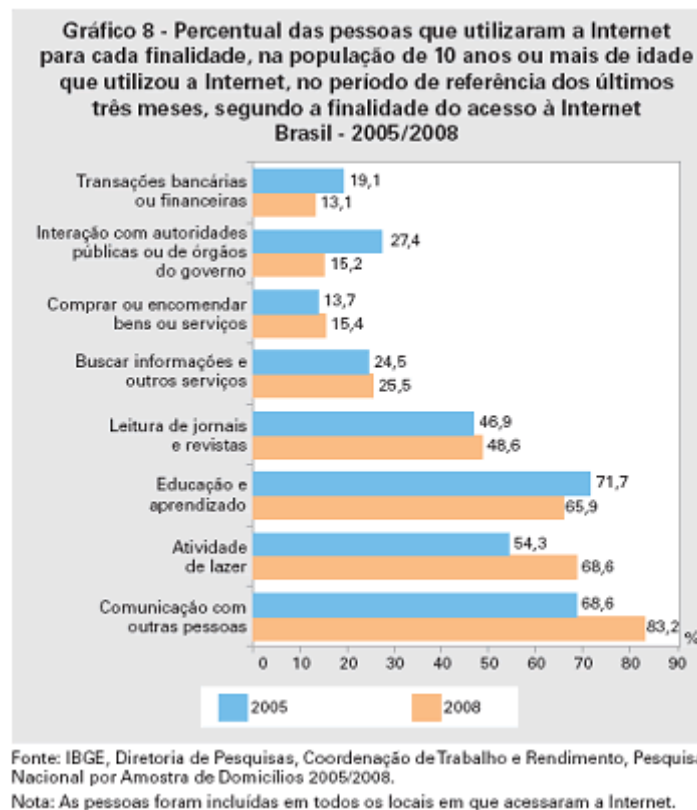


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2008.

Os mais escolarizados (10 anos de estudo em média) usam mais a internet, mas o acesso cresceu entre os menos escolarizados. Entre aqueles com 15 anos ou mais de estudo, o percentual de usuários da rede era de 80,4%; entre os com 11 a 14 anos de estudo, 57,8%; com 8 a 10 anos de estudo, 38,7%; com 4 a 7 anos de estudo, 23,4%; e entre as pessoas sem instrução ou com menos de 4 anos, 7,2%. Em todos os níveis de escolaridade, foi observado aumento do acesso em relação a 2005, mas o crescimento foi mais intenso na população com menos escolaridade.



Comunicar-se com outras pessoas foi o principal motivo de uso da internet em todas as regiões e unidade da federação (83,2% dos usuários) em 2008, superando os fins educacionais e de aprendizado (65,9%), que eram a principal razão dos acessos em 2005 (71,7% naquele ano). O acesso para atividades de lazer também ganhou importância nos últimos anos: em 2005, era o terceiro motivo mais citado (54,3% dos que acessavam) e, três anos depois, passou ao segundo lugar, citado por 68,6% dos usuários. A leitura de jornais e revistas também foi um motivo bastante citado em 2008 (48,6% das pessoas que acessaram a Rede).



Conforme as estatísticas do IBGE de 2008¹, o acesso à internet cresce consideravelmente no Brasil, ano após ano. Segundo o IBOPE, o Brasil é o 5º país mais conectado entre os 20 países com maior número de pessoas conectadas na rede mundial de computadores.

1.3 – As Redes Sociais

A rede social é uma estrutura social formada por “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”. (Marteletto, 2001, p. 72). Rede é uma estrutura sem fronteira, uma comunidade não geográfica.

As redes sociais *online* têm grande importância na sociedade moderna e podem operar em diferentes níveis, como, por exemplo, redes de relacionamentos (Facebook, Orkut, MySpace, Twitter, Badoo), redes profissionais (LinkedIn), redes comunitárias (redes sociais em bairros ou cidades), redes políticas, dentre outras. Elas permitem analisar como as organizações desenvolvem sua atividade, como os indivíduos alcançam os seus

¹ É de 2008 a última pesquisa feita pelo IBGE sobre os acessos à internet

objetivos ou medir a sua capacidade de influência, de coesão ou mesmo de desmobilização.

II – A Relação entre Estado e Tecnologia

No aspecto sociológico do termo, a tecnologia é um produto do homem, e não o contrário; ela é consequência direta da atividade humana, da história do mundo, e não a causa. Embora, para o senso comum, este discurso está ficando cada vez mais obscuro e diluído, causando a impressão de que a tecnologia se transformou em um entidade externa ao homem. A tecnologia, ao contrário, é parte integrante das várias redes configuracionais e se movem de acordo com a distribuição de poder na sociedade e no próprio Estado, em nada sendo estática ou imutável.

O aparecimento e o desenvolvimento do Estado moderno e o avanço tecnológico caminham juntos. O Estado é uma entidade construída historicamente, em contextos sócio-político-econômicos específicos. É, portanto, produto direto da atividade humana, e não pode ser destituído da sua essência concreta, material. É inegável a participação do Estado no desenvolvimento capitalista ao longo de sua história. Ele aparece como propulsor, indutor, promotor do desenvolvimento, tanto científico como tecnológico; o Estado sempre esteve presente para dar condições ao capital de transitar livremente, na esfera produtiva, de serviços ou mesmo financeira.

Por isso, neste ponto, é interessante rever algumas ideias acerca do Estado, aqui reduzidas, em autores clássicos que parecem ter uma noção muito clara do seu conceito. Não se deve deixar de ter em mente, no entanto, que cada um deles é produto de seu tempo histórico, inscrito em realidades concretas nas quais inscreveram suas análises, filosofias e discursos.

Hegel tem uma visão peculiar de Estado, definindo-o como “o que existe, é a vida real e ética, pois ele é a unidade do querer universal, essencial, e do querer subjetivo – e isso é a moralidade objetiva” (2008, p. 39). O Estado é o que passa a existir pela realização do espírito, objetivado nas leis. Ainda para ele, “o Estado é uma abstração que tem na sua

própria realidade universal nos cidadãos, mas ele existe de fato, e só por intermédio da vontade e da atividade individual a existência universal se define” (Ibid., p.43). É interessante observar que Hegel estava banhado pelo pensamento iluminista e, mais particularmente, contrapondo às ideias de Kant, a quem ele imputava um idealismo exacerbado.

Weber destaca que “o Estado moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio da dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização” (2004, p. 529). Ou seja, seu poder vem de sua capacidade de coagir os indivíduos a obedecer a regras estabelecidas socialmente, investido da autoridade do poder econômico, autoridade esta que lhe é conferida pela própria sociedade.

É neste tipo de poder que Marx (1998) apóia toda sua teoria, e tira o Estado do mundo das ideias de Hegel dizendo que ele nada mais é do que o instrumento da classe dominante para dirigir a sociedade. E foi pela conquista e apropriação dos meios de produção material, onde o “mundo não é um objeto dado diretamente eterno e sempre igual a si mesmo, mas sim o produto da indústria e do estado da sociedade, no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações” (2008, p. 43).

Elias desvia o foco da “inevitabilidade da evolução social” (2008, p. 173) e leva a luta de classes a uma discussão não usual entre as teorias mais conhecidas como as de Marx, Weber, e mesmo Durkheim; este último parece atomizar o indivíduo, deixando-o refém de uma rede de coação social personificada no Estado e nas instituições da qual não pode fugir sob pena de contribuir para a ‘anomia’ ou patologia à sua volta.

A concepção de Estado de Elias não compartilha da ideia de um ente superior ou externo às relações; sua análise vai por um caminho diferente, no qual redes de indivíduos, grupos sociais se configuram “interdependentes parcialmente” (Ibid., p. 161) e mutuamente se afetam, deixando de lado a noção de antagonismo e adotando a análise “multiperspectivacional das interconexões sociais” (p. 138), fundamental para

compreensão da emaranhada rede de grupos interdependentes que se denomina sociedade.

De qualquer forma, não se pode negar esta sede de produzir o que é material, e que ela tem gerado uma atividade incessante, que tem levado a sociedade a descobertas, aprimoramentos e invenções dos mais variados tipos. A produção dos bens materiais tem feito a sociedade avançar científica e tecnologicamente, passando a dispor de produtos cada vez mais sofisticados, criando necessidades novas a cada dia. De acordo com Schumpeter, “o impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista” (1984, p.110).

2.2 – A tecnologia enquanto força produtiva

O uso da tecnologia tem impulsionado o mundo capitalista de uma forma jamais vista. Ela norteia pesquisas, direciona recursos materiais, sociais e humanos. Ao avançar, ela deixa obsoleto tudo o que veio antes, destruindo e criando necessidades concomitantemente. A inovação é o mote do capitalismo que está se delineando desde a segunda metade do século XX, e com muito mais força na primeira década do século XXI. Como afirma Schumpeter, esse processo de “mutação industrial — se é que podemos usar esse termo biológico — que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de *dentro*, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos (...) este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo” (1984, p.110). Esse tem sido exatamente o papel da tecnologia dentro da lógica capitalista mundial e globalizada: ela é uma moeda que contem dois lados opostos.

A inovação tecnológica possui, também, um objetivo que não é tão claro a olhos nus: ela é um agente compensador do sistema nos períodos “de baixa nos ciclos econômicos (...) maneira de se apropriar das ‘invenções’ para promover o processo de acumulação de capital” (WALLERSTEIN, 2007, p.35). Além disso, quando se instala o cenário de estagnação econômica, a expansão geográfica dos mercados aparece como substrato das

inovações requeridas pelo sistema: junto com o avanço e a sofisticação vem o processo de proletarização e mesmo da semiproletarização da mão-de-obra em lugares cada vez mais distantes (Ibid, p.37), o que confirma a tese de Marx, tão bem exposta no Manifesto Comunista de 1848, sobre esse aspecto funesto da globalização:

“A burguesia, por meio de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita para a produção e para o consumo em todos os países (...) torna-se questão de vida e de morte para todas as nações civilizadas; por indústrias que não mais trabalham com matéria-prima nacional, mas matéria-prima extraída de zonas remotas; cujos produtos são consumidos não só no próprio país, mas em todos os cantos do globo (...) temos conexões em todas as direções” (1998, p. 15)

E isto a um custo social imenso, onde o bônus se concentra nas mãos de poucos grupos, que desfrutam de todas as vantagens que a tecnologia pode proporcionar, deixando a maior parte da sociedade mundial fora desse processo, embora se deva considerar que o mundo atual esteja passando por um deslocamento dos centros de poder e “recriação de pólos de acumulação importantes” (WALLERSTEIN, 2007, p. 140-141).

2. 3 – O Estado como uma instituição que promove, interrompe e/ou que torna morosa a inovação tecnológica

Todo o cenário descrito anteriormente parece se mover de acordo com os ventos do *laissez-faire*, mas os Estados nacionais, concretos e específicos historicamente, têm tido papel preponderante na produção e distribuição da tecnologia ao redor do mundo.

Um dos aspectos mais visíveis do processo civilizatório das nações e que se materializa através do Estado tem sido a criação de constituições e leis que norteiam a vida em sociedade. O Estado se organiza através destes ‘códigos de conduta coletiva’, para que o sistema tenha mecanismos de controle e de reajuste em caso de necessidade. “Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incessantemente a sociedade em que está inserido” (HARVEY, 2012, p.307).

Mas isto não é tão simples como parece. Assistimos atualmente ao declínio de potências mundiais como os EUA, uma crise maciça na Europa, o poder ascendente dos BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China, e a dependência cada vez maior de produtos desta última.

Aí, se põe à prova o ‘poder de fogo’ dos Estados nacionais na luta por hegemonia, e “tem-se a impressão de que estamos no meio de um processo de bifurcações em cascata, que pode durar talvez mais cinquenta anos” (WALLERSTEIN, 2007, p.136).

Nesse sentido, o poder de fogo de cada Estado se traduz tanto capacidade de aumentar e manter mercados de consumo como na produção e distribuição de tecnologia que tornem os outros cada vez mais interligados e interdependentes. O Estado precisa ter ‘competência’ – legislação, segurança, sistema educacional minimamente funcional, facilidade de trânsito do capital financeiro, subsídios para importação, são alguns exemplos – para se manter no jogo. Uma exigência que só cresce a cada dia, levando a mecanismos e saídas econômicos e políticos cada vez mais elásticos, tornando a tensão muitas vezes insuportável e recaindo o ônus principalmente nos países periféricos.

2. 4 – As disputas políticas na área de tecnologia

Essas ‘rotas de fuga’ econômicas e políticas para manter o sistema funcionando não são imunes a disputas entre países em várias escalas: de periféricos entre si, lutas entre estes e os que estão no centro e destes últimos com seus pares. Em ambiente doméstico não é diferente, quase todas as relações parecem ser pautadas em jogos de interesse e poder.

Elias discorre sobre o fato de que o poder não é uma entidade autônoma, mas é produto das relações entre grupos interdependentes:

E assim, porque sentimos a pressão do poder, inventamos sempre alguém que o exerça, ou um tipo de entidade sobre-humana seja como a natureza ou a sociedade, nas quais o poder reside. Em pensamento, tornamo-las responsáveis pela coação a que nos sentimos sujeitos. (2008, p.102).

O poder disputado depende de variáveis para ser obtido: posição, vontade, habilidade para antecipar o movimento adversário; no mundo capitalista não é diferente.

No caso da tecnologia, as disputas de poder ocorrem tanto no campo político propriamente dito, como científico e econômico e, na verdade, os três se interpenetram. O capital científico, tal qual denominado em Bourdieu (2004) tem se tornado cada vez mais valorizado no mundo extremamente tecnológico em que vivemos hoje. Ele demanda cada vez mais poderio econômico e conhecimento técnico, e tanto o pensar

como o fazer tecnologia custa bilhões aos capitalistas, que necessitam de uma legislação a seu favor, um sistema educacional que propicie pesquisas de qualidade, impostos reduzidos.

Bourdieu (2004) fala de dois poderes: o institucional e o pessoal, este último tendo o predomínio do prestígio e o reconhecimento como armas poderosas. O poder institucional dita regras, financia pesquisas, cobra resultados; o poder pessoal gera formas menos visíveis de dominação, pois transita pela esfera simbólica e mesmo psicológica, por assim dizer: “as relações simbólicas, no interior do campo científico, não têm a clareza penetrante que pode lhe dar uma análise científica, destinada a quantificar até mesmo as propriedades mais impalpáveis, como a reputação internacional”, produzindo uma “espécie de teocracia epistemocrática dos “melhores”” (BOURDIEU, 2008, p. 39/41).

Os aspectos científico, político e econômico estão imbricados de tal forma que esta se torna apenas uma divisão didática, tal o grau de poder envolvido nestas relações. A esfera política pública, governamental está imersa nesse contexto ao aparentemente dar as cartas, mas tendo o poder econômico lhe dando sustentação.

2. 5 – As políticas públicas na área de tecnologia: a Lei de Acesso à Informação – LAI

No caso do Brasil, há especificidades a se considerar, como o fato de que sua estrutura econômica se estabilizou nos últimos anos, levando o país à categoria de sexta economia mundial. Com os olhos do mundo voltados para o potencial do Brasil, o país entra na competição pela produção e distribuição de tecnologia em nível mundial, além da necessidade de adequar a sua legislação em tempos de globalização.

O Estado brasileiro, desde a Reforma de 1995, tem se colocado na posição de seguir o grande fluxo do mundo capitalista, remodelando toda sua estrutura organizacional a fim de permanecer na esfera competitiva do mercado mundial. A mudança para o paradigma gerencialista na gestão dos negócios de Estado é uma realidade estabelecida na *terra*

brasilis, assim como tem crescido e se desenvolvido a área de tecnologia da informação e comunicação, principalmente depois da virada para o século XXI.

Como dito anteriormente, é preciso uma legislação que permita ou mesmo facilite a entrada e permanência de um país na esfera competitiva do capital. O setor público brasileiro, principalmente após a Reforma Gerencialista, tem feito grandes esforços para manter o país numa escala competitiva favorável em relação aos países mais avançados. Um grande exemplo disto é a Lei de Acesso à Informação – LAI – promulgada em 18/11/2011 sob o número 12.527 e regulamentada por decreto em 16/05/2012.

A LAI é a parte mais recente de um conjunto de normas legais que, desde o início dos anos 2000, foram criadas tanto com o intuito de ajustar ao Estado brasileiro aos ‘novos tempos democráticos’ em nível doméstico e às exigências internacionais; antes dela podem ser citadas, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (nº 101/2000), a Lei do Pregão Eletrônico (nº 10.520/2002), e também o Decreto nº 5.482/2005 que delibera acerca do Portal da Transparência e Páginas de Transparência Pública. Todas no sentido promover uma ‘prestação de contas’ contínua à sociedade, que é exatamente o que se passou a chamar *accountability*, a partir das diretrizes da Nova Gestão Pública pautada no controle social e na transparência das ações governamentais – ou *New Public Management* – que foram norteadoras da própria Reforma do Estado brasileiro de 1995.

Em tempos de internet, a LAI determina que o Estado brasileiro disponibilize o acesso eletrônico de ações e informações nas três esferas do poder.

Ao completar um mês de vigência da LAI em junho de 2012, “o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), desenvolvido pela Controladoria-Geral da União para acompanhar os pedidos de forma centralizada, registrou mais de 10,4 mil solicitações” (BRASIL, CGU, 2012), com uma média de 316 por dia.

Embora a lei registre limites ao acesso dos artigos 23 ao 30 – como por exemplo, de informações que firam a soberania ou ponham em risco a pessoa do presidente da República – ela deixa bem claro no artigo 22:

O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

Pode-se observar que é algo novo na jovem democracia brasileira; embora o texto valorize ações – sigilo e segredo de justiça, segredo industrial – e entidades específicas – o Estado, as pessoas físicas e jurídicas vinculadas àquele – ele denota que o que está no espectro de ação da LAI é passível de controle e fiscalização. Não existe ‘imunidade’, palavra que está tão ligada à política no imaginário coletivo brasileiro.

A liberdade de acesso à informação, ainda que restrita pelos limites da Lei, possibilita a criação de estratégias políticas que conduzem ao crescimento da mobilização social necessária à reivindicação das suas demandas e contribui para o fortalecimento dos movimentos sociais nas redes.

III – NTICs e os Movimentos Sociais

3.1 – Crescimento dos movimentos sociais no Brasil

O surgimento dos movimentos sociais está atrelado às lutas populares contra a dominação, a fixação de parâmetros de comportamento socialmente estabelecidos, e à defesa de um projeto societário que implica construir ações políticas que estabeleçam, para as classes populares, um outro lugar no mundo. Em seu sentido amplo, os movimentos sociais sempre existiram, na medida em que questionam as diversas formas de poder.

O acirramento das formas de exploração capitalista, a partir da década de 60 do século XX na Europa e nos Estados Unidos, e a partir da década de 70 do século XX na América Latina, levou à organização da sociedade civil em diferentes movimentos sociais, constituindo um campo teórico específico nas Ciências Sociais. É nesse contexto a que nos referimos aos movimentos sociais hoje. (FERRAZ, 2008, p. 99)

No Brasil, entre os anos de 1970 e 1980, ocorre a mobilização da sociedade civil com o aparecimento e/ou fortalecimento de diversos movimentos sociais, entre eles os Comitês

Brasileiros pela Anistia (CBAs), o movimento sindical – sobretudo na região do ABC Paulista – o movimento dos professores, a luta pelo acesso à terra, e por moradia – principalmente dos favelados e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Estes movimentos, embora reivindicassem diferentes demandas, lutavam por liberdades políticas e questionavam a ordem econômica, especificamente no combate às desigualdades sociais. Eles tinham em comum o caráter de resistência e de oposição ao autoritarismo imposto a partir do golpe de 64. Na década de 80, o Regime Militar foi destituído, e as instituições democráticas retomaram o seu precário funcionamento (Ibid., 2008, p. 100).

Na década de 1990, acirra-se o panorama do capitalismo mundial e o Brasil passa a sentir as pressões do projeto neoliberal e da globalização da economia. Decresce significativamente a produção industrial nacional e o país é assolado por produtos *made in*. O governo brasileiro incentiva a implantação de indústrias estrangeiras, através de vantagens fiscais. Os sindicatos se enfraquecem, o desemprego estrutural atinge em massa a população brasileira, gerando um novo formato nas relações de trabalho, com o trabalho informal, terceirizado, precarizado, entre outros.

Em função desse fenômeno e da difusa desigualdade por ele gerado, decorrem inúmeras lutas sociais. Estas lutas possuem diferentes eixos. Variam em torno da oposição ao Estado, das relações com este, e nas afirmações de identidades negligenciadas. (Ibid, 2008, p. 100)

A antiga luta dos movimentos sociais do final dos anos 70 e nos anos 80 repousava, sobretudo, em duas oposições: em relação ao Estado e às práticas populistas e clientelistas, e na defesa de sua autonomia, como as lutas sindicais (GOHN, 2002). A estas lutas, na década de 80 e 90, incorporaram-se outras relativas à identidade e valores, que se centravam nas políticas de reconhecimento (FRASER, 2001), e nas lutas contra a violência e a criminalidade (FERRAZ, 2008, p. 100). Nos anos 2000, estas lutas passam a ter grande visibilidade na internet, através de *sites*, *blogs*, *Facebook*, *Twitter*, entre outras mídias.

3.2 – As Redes Sociais como espaço público alternativo para os movimentos sociais

A despeito das dificuldades de acesso das classes populares a esta tecnologia, pode-se afirmar que uma parte considerável dos movimentos sociais, populares, sindicatos, gabinetes de deputados, partidos políticos, entre outros, fazem uso desta ferramenta, seja como forma comunicação, de pressão, mobilização, denúncia, construção de identidades e lugar de memória das bandeiras e conquistas. As NTICs são, por excelência, lugar de disputa política. Muitas vezes as informações e as reivindicações destes movimentos exibidas nas redes sociais são negligenciadas pela grande mídia, mas nas redes, têm enorme repercussão pública. Apresenta-se como um espaço público alternativo, contrapondo-se ao projeto hegemônico construído pelo capital.

Se, por um lado, não se pode afirmar que há uma perfeita democratização da informação nas sociedades onde o acesso à informação é largamente utilizado, por outro lado, não há como ter controle completo da informação. Pois a lógica de funcionamento da rede – cuja prioridade é o capital, que traz como ferramenta a informação ‘em tempo real’ – é paradoxal a um tipo de controle mais efetivo, Embora não se possa negligenciar o seu poder.

A ampliação do acesso de diferentes movimentos sociais ao espaço público virtual e a sua denúncia em tempo real contribuem para o alargamento e expansão de demandas relativas à construção de identidades e valores grupais não mais pensados como um fenômeno local, produzindo “novos espaços de mobilização e novas formas de se movimentar” (MARTELETO, 2001, p. 72).

O acesso dos movimentos sociais à Internet, através de diferentes mídias, pode colaborar para a unificação de demandas em nível global, fortalecendo as lutas locais, trazendo questionamentos que colocam em xeque a própria lógica do capital e possibilitando denúncias em instâncias internacionais, tais como, a Anistia Internacional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização das Nações Unidas (ONU), entre outros. Este fato pode provocar pressões que interferem no próprio funcionamento do sistema capitalista, uma vez que problemas como violência, pobreza e segurança, por exemplo, são fatores que interferem negativamente nos países que desejam promover o livre acesso aos capitais produtivos internacionais.

Considerando a diferença entre as estruturas psicológicas individuais (personalidade) e as “figurações formadas por muitos indivíduos interdependentes (estruturas sociais)”, Elias (1989) avalia que ambas as estruturas se apresentam em constante mutação “como aspectos interdependentes da mesma evolução a longo prazo” (1989, pp., 14-15). Ao compreenderem-se enquanto construtores e ao contribuírem para a construção de outra visão sobre a história e a memória nacional, os movimentos sociais atuam no sentido configuracional

Esta rede de configurações que os indivíduos e grupos estabelecem se estruturam a partir das demandas afinadas às suas reivindicações, “como uma rede de relações e de limitações que pesa sobre as escolhas, as orientações, os comportamentos, as opiniões dos indivíduos” (MARTELETO, 2001, p. 72), e que não se reduz a uma simples soma de relações, e a sua forma exerce uma influência sobre cada relação. (DEGENEE & FORCE, 1994, pp. 7-12 apud MARTELETO, 2001, p. 72). Esses dispositivos podem se apresentar de diversas formas para os movimentos sociais, por exemplo, dispositivos de memória, de ressentimento, dor, angústia, e de luta, conquista, reivindicações.

3. 2 – As NITCs e os movimentos sociais no Brasil: Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ) e Rede de Movimentos e Comunidades Contra Violência

Grupo Tortura Nunca Mais - Rio de Janeiro

O GTNM-RJ foi a primeira organização institucionalizada da sociedade civil no Brasil a lutar contra as opressões do Estado ditatorial. Foi criado em 26 de setembro de 1985. Em 1999, com o apoio da Comissão Europeia, criou o seu site. Com sede em Botafogo, o GTNM/RJ faz reuniões às segundas-feiras à noite, uma estratégia de regularidade de reuniões que serve de referência a militantes de vários movimentos sociais de diversas partes do mundo, os quais visitam o grupo também com regularidade. O grupo possui uma lista de mais de 4000 contatos, incluindo pessoas físicas brasileiras e estrangeiras, residentes no Brasil e fora do Brasil, entidades nacionais e internacionais, partidos políticos, governo, sindicatos e movimentos sociais.

O nascimento do GTNM/RJ na década de 80 afina-se com a emergência de inúmeras manifestações da sociedade civil, que eram um reflexo do processo de redemocratização em curso na época. Uma dessas manifestações foi a criação do Comitê Feminino Pela Anistia, em 1975. Em 1978, este movimento se fortalece formando os Comitês Brasileiros pela Anistia, inicialmente fundado em 1978, no Rio de Janeiro que, em seguida, espalha-se por várias cidades brasileiras.

Depois do Rio de Janeiro, surgem outros “Grupos Tortura Nunca Mais” em diversos estados do Brasil². Este grupo, que existe como organização há 27 anos, é formado por pessoas de diferentes profissões, que se associaram por ter em comum o desejo de lutar contra a violência do Estado, ontem, hoje e sempre. A expansão da luta, não somente em relação à ditadura, mas em sua forma atual, que se configura como a violência policial, a ausência de acesso aos serviços públicos, as prisões, as torturas, os desaparecimentos e as mortes,.

O grupo possui duas formas de atendimento: um corpo clínico (nascido em 1991) que oferece auxílio psicológico para as pessoas atingidas pela violência do Estado, e um departamento jurídico – a partir dos anos 2000 – para orientar os indivíduos atingidos pela violência do Estado.

O grupo também possui duas formas institucionalizadas de produção da memória das lutas políticas: a Medalha Chico Mendes de Resistência – com início em 1989, cuja data da entrega é 1º de abril ou em dias próximos a este – e o Dia Internacional de Luta Contra a Tortura – 26 de junho. Nesta data é feita uma reflexão sobre a tortura ontem e hoje em diversos países onde existe um convênio entre os movimentos sociais e a Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT).

No site do GTNM/RJ constam doze menus: *Quem Somos, Denúncia, Equipe Clínica E Jurídica, Mortos E Desaparecidos, Mala Direta, Projeto Brasil Nunca Mais, Artigo e Texto, Medalha Chico Mendes, Jornal, Links e Contato*. No menu *Quem Somos* consta

² Atualmente o Grupo Tortura Nunca Mais existe nos estados de Pernambuco, Bahia e São Paulo. Em Minas Gerais existe o que se pode chamar de um movimento para a sua formação. Chama-se Movimento Tortura Nunca Mais. Embora tenham o mesmo nome, estes grupos não possuem vínculos entre si.

um histórico do surgimento do grupo e seus objetivos; no menu *Denúncias* constam as denúncias de violações aos direitos humanos, notícias de violência do Estado; no menu *Projeto Brasil Nunca Mais*, totalmente digitalizado em 2011, está disponibilizado por assunto³; o menu *Medalha Chico Mendes de Resistência* faz um histórico do surgimento da Medalha e uma breve biografia de todos os homenageados; o menu *Desaparecidos Políticos* tem informações sobre quase todos os desaparecidos do Brasil, da Argentina, do Chile e da Bolívia; além disso, acompanha as informações referentes a mortes e desaparecimentos pela violência do Estado em vários países da América Latina hoje. No menu *Artigos* podem ser lidos textos de vários militantes e simpatizantes do grupo analisando e criticando a violência do Estado. Outro ícone bastante lido entre os simpatizantes é o jornal do GTNM/RJ, com edição trimestral, que atualiza as informações sobre tortura no Brasil e América Latina, assim como artigos e homenagens a personagens que se destacam na luta contra a violência do Estado. Por causa da crise financeira que o grupo tem passado, em 2009, o grupo cancelou as publicações impressas. Dentre as informações que aparecem no *Home* da página do *site* tem o *Alerta Urgente*, no qual são denunciadas informações de violações averiguadas e confirmadas dos direitos humanos que chegam até o grupo.

Além disso, está disponibilizado no *site* grande acervo documental, que possui documentos valiosos, entregues ao grupo por sobreviventes e parentes de militantes que lutaram contra a ditadura no Brasil. São eles artigos de jornais de grande circulação nacional, jornais alternativos, depoimentos, cartas, utilizados por diversas pessoas e entidades como provas documentais junto à Justiça e também como fontes de pesquisa.

Em 2012, sob a presidência de Victoria Grabois, o grupo criou uma página no *facebook*, onde são postados convites para atos públicos, encontros, lançamento de livros, lista de assinaturas de solidariedade e abaixo-assinados. Os eventos, atos e outras atividades

³ O Projeto Brasil Nunca Mais foi um projeto de pesquisa produzido pela Arquidiocese de São Paulo, sob a coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns, no qual participaram diversos pesquisadores. Teve início em 1979, foi finalizado em 1984 e publicado em 1985. A pesquisa “Brasil Nunca Mais” (BNM) reproduz denúncias de pessoas atingidas pela ditadura brasileira ou de relatos elaborados por entidades que defendem os direitos humanos, assim como quase todos os documentos de processos que transitaram na Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, especialmente os processos do superior Tribunal Militar (STM). Foram copiados 707 processos completos e dezenas de incompletos. Ao todo, somam mais de um milhão de páginas, imediatamente microfilmadas, com duas cópias, sendo que uma foi guardada fora do país. Esta coleção é composta de seis Tomos.

promovidas pelos movimentos sociais afinados com a proposta do GTNM/RJ também são publicados no seu *site* – no menu *Links* são exibidos todos os movimentos sociais solidários e parceiros do GTNM/RJ, dentre eles: Abuelas de Plaza de Mayo - filial Mar del Plata; Amnesty Internacional; ANOTE - Agência de Notícias Esperança; APT (Association pour la prévention de la torture; Cejil - Centro pela Justiça e o Direito Internacional; Tortura Nunca Mais/SP; Movimento Tortura Nunca Mais/PE, entre outros⁴.

O site do GTNM/RJ e o *facebook* são coordenados por membros da direção do grupo. Os militantes e simpatizantes alimentam o site para o grupo, sem custos. Por duas vezes o site do grupo foi *hackeado* e foram deletados todos os documentos; no entanto, o grupo possui *backup* de tudo o que publica.

O *site* do grupo é um espaço público alternativo, fundamental para a publicização de denúncias, de eventos e para fins de pesquisa, o custo desta publicização já foi alto para o grupo, colocando em risco a sua existência. Em 2007, o grupo foi condenado a reparar, a título de danos morais, a quantia de R\$47.000,00, aos policiais federais Roberto Jaureguiber Prel Junio, Luiz Oswaldo Vargas de Aguiar, Luiz Amado Machado e Anísio Pereira dos Santos. A condenação decorre de um texto contido no site do GTNM/RJ, no qual repercutiu a denúncia de Carlos Abel Garcia Dutra, preso em 20 de agosto de 1996, em flagrante abuso de autoridade dos policiais federais, que o conduziram para a Superintendência da Polícia Federal, no Rio de Janeiro e, posteriormente, o agrediram. A partir disso, o MPF ingressou com Ação Penal contra os policiais federais. No entanto, esta ação penal não prosseguiu, em virtude de *habeas corpus* concedido aos policiais. A discussão técnico-jurídica se deu em relação ao fato do Ministério Público estar ou não habilitado para presidir as investigações que precedem a propositura da Ação Penal. Desta forma, lamentavelmente, sob o aspecto penal, o caso em questão deixou de ter os esclarecimentos necessários sobre as graves acusações que pesam contra os policiais

⁴ Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e desaparecidos Políticos, Comitê Rio Maria, Desaparecidos Políticos, DHnet - Rede Direitos Humanos e Cultura, Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razões Políticas de Cordoba, Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, Grupo Tortura Nunca Mais/BA, H. I. J. O. S., Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, IIDH (Instituto Interamericano de Derechos Humanos, IRCT (International Rehabilitation Council for Torture Victims), RedSalud-DDHH (Red Latinoamericana y del Caribe de Instituciones de la Salud contra la Tortura, Juízes para a democracia, Latuff - charges políticas,

federais. O Ministério Público julgou improcedente o pleito de Carlos Abel, por entender que o mesmo não fez prova de ter sido torturado. Em seguida, os policiais moveram uma ação na justiça de danos morais contra o grupo por ter relatado este caso em seu site. O grupo recorreu várias vezes, mas a justiça deu ganho de causa para os policiais.

Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência

São muitos os movimentos sociais afinados à proposta do GTNM/RJ. Dentre os parceiros que o grupo tem um estreito relacionamento está a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência. A Rede, assim conhecida pelos militantes, possui uma sala no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Sua origem como movimento social data de 2004, através do movimento *Posso me Identificar?*, inspirado em mobilizações como as das comunidades do Borel, Acari, Caju e Mangueiras, bem como na resistência incansável de mães e outros familiares atingidos pela violência policial. Ao completar um ano da chacina que tirou a vida de quatro jovens no Borel em 2003, a Rede (na época denominada *Movimento Posso me Identificar?*) organizou, em 16/04/2004, uma manifestação. Na ocasião, apresentou uma série de propostas e reivindicações ao poder público, que acabaram sendo respaldadas pelas Conferências Estadual e Nacional de Direitos Humanos, realizadas naquele ano. Entretanto, até o momento essas propostas não passaram de formalidade.

O nome do O Movimento *Posso me Identificar?* nasceu do fato absurdo de que agentes policiais em ação em favelas do Rio, em várias ocasiões, não permitem sequer a moradores abordados identificar-se, conforme as regras e orientações (a serem seguidas em operações policiais) definidas e divulgadas pelo próprio poder público. As propostas desse movimento eram:

- 1) Construir instrumentos e mecanismos de participação popular visando a afirmação e garantia de direitos, na perspectiva de superação das causas estruturais da violência;
- 2) Lutar por mudanças imediatas nas diretrizes de segurança pública, afirmando uma nova baseada na preservação da vida e da plena vigência dos direitos;
- 3) Construir uma rede de solidariedade e apoio jurídico às comunidades, vítimas e testemunhas de crimes de violação de direitos humanos, visando neutralizar ameaças e pressões sobre as mesmas;
- 4) Criar uma rede de comunicação envolvendo rádios e tv's comunitárias, imprensa das comunidades e outras formas; ampliando as oportunidades de denúncias e combatendo as tendências e métodos sensacionalistas;

- 5) Aprofundar a discussão na sociedade sobre a desmilitarização e a ênfase na redução de danos nas políticas públicas sobre as drogas;
- 6) Estimular de todas as formas a autonomia e independência das organizações comunitárias face ao estado, partidos, igrejas e outros agentes;
- 7) Realizar atividades e encontros de informação e formação, elaborar cartilhas e outros materiais, visando o esclarecimento das comunidades e a criação de uma militância comunitária independente;
- 8) Construir mecanismos permanentes de ligação entre as comunidades e entre o movimento das comunidades e os movimentos sociais e de direitos humanos;
- 9) Estruturar, através das iniciativas concretas e atividades práticas orientadas pelos objetivos acima, uma Rede Permanente de Resistência Comunitária de Luta contra a Violência e pela Garantia de Direitos;

Destas propostas, em 2006, surgiu o *site* da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência. De 2004 até 2006, a Rede publicizava suas informações, seus eventos, atos, abaixo-assinados em outras mídias, tais como *e-mail*, no *site* do Centro de Mídia Independente, no *site* Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, entre outros.

Para o funcionamento do *site*, um movimento social holandês forneceu os computadores, e este é mantido em um provedor da Alemanha, que forneceu gratuitamente a hospedagem do *site* e, o *publisher* para as edições no *site*.

A comissão de comunicação da Rede, composta por cinco pessoas da direção do movimento, faz coordenação do *site*, do *facebook* e alimenta as informações no *site*, que tem os artigos postados escritos pelos militantes e por simpatizantes. A Rede possui uma lista de mais de 300 pessoas e mais de 100 endereços de imprensa. No *site* da Rede não existem *links* com outros movimentos. A rede não tem personalidade jurídica, por isso não corre o risco de ser processada juridicamente, mas os seus militantes são constantemente ameaçados.

O *site* da Rede possui oito menus: *Home*, *Como Apoiar*, *Prêmios*, *Casos*, *Atividades*, *Notícias*, *Artigos* e *Documentos*. No menu *Home* estão as informações sobre a história da Rede, como participar do movimento e os contatos (endereço, telefone e e-mail). O menu *Como Apoiar* contem as informações sobre produtos vendidos e produzidos pela Rede, tais como DVDs e camisetas; o menu *Prêmios* informa sobre as premiações que os militantes da Rede recebem; no menu *Casos* estão as informações sobre diversos casos de violência policial no Rio de Janeiro, de 1990 até hoje. Estas informações referem-se ao andamento dos processos na Justiça, as ameaças aos sobreviventes e aos parentes, as lutas dos familiares; no menu *Atividades* constam todas as atividades realizadas com a

presença e/ou o apoio da Rede, tais como, missa, ato público, audiência pública, audiência de instrução e de julgamento, entre outros. No menu *Notícias* são relatados casos de violência policial ocorridos nos últimos dias, informações sobre abuso de ações de policiais nas favelas, manifestações públicas, resultados de ações jurídicas (arquivamento de processos, julgamento, prisão, *habeas corpus* de policiais, agressões a moradores de favelas, agressões das UPPs nas favelas “pacificadas”); no menu *Artigos* são publicados artigos de militantes e simpatizantes relativos à violência policial hoje; no menu *Documentos* são postados documentos de Convenções Internacionais, Manifestos públicos, notas públicas, notas de apoio a companheiros, manifestos contra posturas erradas do governo, moção pública contra movimentos sociais, notas de indignação, de repúdio, entre outros documentos.

Conclusão

A despeito das dificuldades de acesso das classes populares a esta tecnologia, pode-se considerar que uma parte considerável dos movimentos sociais, populares, sindicatos, gabinetes de deputados, partidos políticos, entre outros, fazem uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. É ponto pacífico, também, que as NTICS é uma importante ferramenta, seja como forma comunicação, de pressão, mobilização, denúncia, construção de identidades e lugar de memória das bandeiras e conquistas. E lugar, por excelência, de disputa política. Muitas vezes as informações fornecidas por estes movimentos são negligenciadas pela grande mídia, mas nas redes sociais virtuais têm grande repercussão pública, apresentando-se como um espaço público alternativo.

Se, por um lado não se pode afirmar que há uma perfeita democratização da informação nas sociedades onde o acesso à informação é largamente utilizado, por outro não há como ter controle completo da informação, pois a lógica de funcionamento da rede – cuja prioridade é o capital, que traz como ferramenta a informação instantânea – é paradoxal a um tipo de controle mais efetivo, embora não possamos negligenciar o seu poder.

O uso das NTICs representa uma enorme redução de custos para os movimentos sociais, uma vez que as informações chegam até os militantes e simpatizantes muitas vezes em tempo real. O poder destas tecnologias está, em parte, condicionado ao uso que estes

movimentos fazem dela, seja como instrumento de mobilização popular, seja como espaço de intervenção social, lugar de debates, espaço de discussão, de leituras e até mesmo de construção de campos teóricos e metodológicos de ações sociais.

Além disso, as novas tecnologias podem ser espaço de memória e de produção de novas ações patrimoniais, uma vez que torna disponível ou de fácil acesso documentos, atas, decretos, depoimentos, fotografias, sua história e suas bandeiras. O reconhecimento de sua história, suas perspectivas, bandeiras, assim como o encaminhamento das ações, podem ser expressões do patrimônio imaterial dos movimentos sociais.

Através da divulgação na rede, os movimentos podem, constantemente, atualizar as suas memórias, reconhecerem-se como vetores importantes para reivindicações políticas, sociais, ambientais e estabelecer múltiplas identidades com outros movimentos e constituindo-se como patrimônio. A função meramente contemplativa de patrimônio perde o lugar e dá espaço para uma relação dialógica com os indivíduos e com a sociedade, suscitando questões, interrogando, problematizando sendo interrogado ininterruptamente,

Como afirma Néstor Garcia Canclini (1994) o patrimônio é espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos e de inserção das vozes silenciadas ou dissonantes. “O patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens” (p.97). Como “é bom para agir”, o patrimônio torna-se importante para aqueles que até então não possuíam espaço de inscrição de sua fala, de suas memórias. Negros, imigrantes, gays, moradores de favelas vão aos poucos percebendo o patrimônio como instrumento de luta por reconhecimento e pelo direito à memória. (FERRAZ, ANPOCS 2006).

Elias nos alerta que “temos que encarar criticamente as estruturas do discurso e do pensamento que herdamos para ver como elas são úteis na investigação de relações ao nível específico de integração que a sociedade humana representa” (ELIAS, 2008, p. 123). Assim como a percepção de que não há como pensar o indivíduo fora da sociedade e a sociedade fora do indivíduo e de que ambos não são estáticos. “O tecido das

interdependências entre os homens é aquilo que os liga uns aos outros. São elas que constituem o núcleo daquilo que se designa aqui como figuração – uma figuração de homens orientados uns para os outros e dependentes dos outros.” (ELIAS, 1989, p. 45) Esta também é a lógica da rede.

As mobilizações pelas redes, muitas vezes, escapam ao controle dos poderosos monopólios da comunicação e do Estado. Suas consequências sociais podem sair da esfera nacional e permitir uma comunicação planetária, fazendo pressões de onde o Estado não esperava. Como afirma Pablo Navarro (1997), a sua matriz sociotécnica pode produzir “uma nueva dimensión de la socialidad humana, la *socialidad artificial*, que estaría constituida por la interacción, cada vez más compleja, entre agentes naturales y agentes artificiales.”

O espaço das redes permite aos movimentos sociais novas reconfigurações de suas memórias, especificamente no campo da política da memória, que podem “escapar ao controle, ou engendrar novos espaços tempos”. (Deleuze, 1992, p. 218). Os movimentos sociais, através de diferentes tecnologias, podem promover e têm promovido mudanças importantes na sociedade. Fatos e eventos que ficariam reduzidos a um número pequeno de participantes encontram nas redes possibilidades de promover mobilizações importantes. Pois, não existe um controle que não tenha uma possibilidade de escape. Matrix é um mundo sem limites e fronteiras. “Um mundo onde tudo é possível”, como argumenta Morpheu no final do filme Matrix.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1517
Site visitado em 15.08.2012
- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote, vol. 1, 1989
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 2, n. 4 abril, 1984.

FERRAZ, Joana D`Arc Fernandes. Movimentos Sociais: dilemas e desafios das ações patrimoniais. In ABREU, Regina; DODEBEI, Vera. (Orgs) *E o Patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra/Capa, 2008.

FRASER, Nancy. “Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Fordista. In Souza, Jessé (Org.) *Democracia Hoje*. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UNB, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2002

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. Virtualização e Preservação da Memória Social: o caso do Museu da Pessoa. *XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)*, GT 10: Informação e Memória, 25 a 28 de outubro de 2010.

IBOPE [http://www.ibope.com.br/pt-](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/mais%20publicidade%20na%20rede.aspx)

[br/noticias/paginas/mais%20publicidade%20na%20rede.aspx](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/mais%20publicidade%20na%20rede.aspx) visitado em 22.08.12

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NAVARRO, Pablo. “Internet como dispositivo de interacción virtual”. *Revista Abaco* Vol. 2, n. 14 e 15, Espanha, 1997.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1984.

SFEZ, Lucien. L`ideologie des nouvelles technologies. *Le Monde Diplomatique* Dossier manière de voir, n. 46, juillet-août, 1999.

UIT – International Telecommunication Union [http://www.itu.int/ITU-](http://www.itu.int/ITU-D/ict/facts/2011/material/ICTFactsFigures2011.pdf)

[D/ict/facts/2011/material/ICTFactsFigures2011.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/ict/facts/2011/material/ICTFactsFigures2011.pdf) visitado em 22.08.12

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Brasília: Editora UnB, 2004.

Sites consultados:

<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>, consultado em 01/08/2012.

<http://www.redecontraviolenca.org/>, consultado em 01/08/2012.

Filme:

THE MATRIX, diretores Andy & Larry Wachowski, EUA, 1999.